

Diário do Legislativo de 20/07/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

54ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 8/7/99

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes, uma série de acontecimentos recentes apontam para os que são capazes de realizar uma escuta sensível sobre a nossa época e perceber que se fecha uma espécie de cerco do capital globalizado sobre o Brasil, favorecido principalmente pela convivência do Governo FHC com os interesses das empresas transnacionais, que objetivam garantir seu monopólio e as altas taxas obtidas em especulações financeiras.

Os que resistem, se opõem, os inconformados, os que lutam, os excluídos sociais são alvos de especulações cínicas que revelam a verdadeira face da máxima neoliberal "Não há alternativas", que sempre aparece para justificar a adoção de políticas suicidas em relação à soberania nacional e ao futuro do povo brasileiro, ao mesmo tempo que promovem o aumento da pobreza, a dilapidação do patrimônio da Nação, a manipulação da opinião pública.

O centro dessa crença na ausência de força capaz de se contrapor ao pensamento totalitário, que se esconde atrás da lógica única do capital globalizado, é a certeza do seu caráter invencível e a suposta derrota dos movimentos sociais em todo o mundo.

Entretanto, ousamos falar que em todo o mundo discute-se a superação dessa lógica única a partir da união e da convergência das ações e reflexões de redes internacionais, movimentos sindicais e populares, ONGs, associações da sociedade civil e a partir do compromisso individual de todos os que temem a desumanização do homem frente à insegurança econômica e às desigualdades sociais.

Acreditamos ser possível, principalmente, socializar experiências positivas no enfrentamento das graves questões econômicas e sociais que fustigam os países mais pobres, verdadeiros reféns dos seus credores internacionais, a sacrificar a saúde, a alimentação, a educação, o emprego e o futuro do seu povo em nome do pagamento de dívidas externas e de eternos déficits fiscais.

Esse foi, em linhas gerais, o centro do debate do recente Encontro Internacional de Paris, do qual participei em nome desta Casa Legislativa.

Entre outros temas, debatemos a crise econômica internacional e suas conseqüências, como a especulação financeira, o papel dos Bancos e investidores internacionais e a autonomia dos Estados nacionais; os grandes projetos e tratados internacionais; a questão da dívida; os impactos da biotecnologia na agricultura; a ameaça de privatização de setores essenciais, como distribuição de água, educação, saúde. Também discutimos as lutas pelos direitos, pela terra e pela paz.

Gostáramos de apontar nossas preocupações com o Brasil nesse cenário, que se constrói sobre uma grande instabilidade política, imensa injustiça social, destruição generalizada dos direitos sociais, do meio ambiente, das condições dignas de vida.

Queria me deter, enquanto médico e Presidente da Comissão de Saúde nesta Casa, na questão dos Organismos Geneticamente Modificados - OGMs -, que motivou a elaboração de um projeto de lei por mim, o qual começo a tramitar ontem.

Quando falamos que o Brasil é o país líder da megadiversidade no mundo, ou seja, que ele tem a maior variedade de espécies vegetais e animais, não consideramos ser essa a riqueza mais cobiçada do futuro e, principalmente, assistimos à forma irresistível como se conduz a destruição ambiental e o crescimento dos monopólios internacionais interessados nessas riquezas vitais, que têm estimulado um novo tipo de atividade predatória.

Se o nosso passado é marcado pela apropriação internacional das nossas riquezas, como o pau-brasil, o açúcar, o ouro, hoje o capital planeja estender esse controle sobre a nossa biodiversidade.

Como é do conhecimento dos senhores, em face do anúncio do pedido, tanto para plantio experimental (pesquisa) como para a comercialização de sementes e grãos de soja geneticamente modificados, feito pela empresa americana MONSANTO, líder mundial na fabricação e venda de agrotóxicos (herbicidas, inseticidas, etc.), e, principalmente, com a temerária decisão da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio - de aquiescer à solicitação sem a exigência do Relatório de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente e sem informações científicas de inofensividade, em longo prazo, à saúde humana, desencadeou-se uma série de reações contrárias, por parte de governos, empresas e entidades, tanto ambientalistas, de pequenos produtores rurais, quanto de defesa do consumidor.

A Instrução Normativa nº 18 da CTNBio, publicada no "Diário Oficial da União" em 30/12/98, que se refere à liberação planejada no meio ambiente da soja Roundup Ready, estabelece, em seu art. 3º, que "o monitoramento científico dos plantios comerciais das cultivares de soja geneticamente modificada (...) será realizado por um período de cinco anos, sob responsabilidade da MONSANTO do Brasil Ltda., acompanhado pelos órgãos fiscalizadores competentes, supervisionados por técnicos especializados nomeados pela CTNBio".

Tais medidas parecem-nos insuficientes, uma vez que não apontam a necessidade de avaliar atividades de cultivo, registro, uso, ensaio, teste, transporte, armazenamento, comercialização, consumo, importação e descarte, conforme a Constituição Federal estabelece, no § 1º do art. 225, e a Constituição do Estado, em seu art. 214, § 2º.

A nosso ver, não é possível que a manipulação da biotecnologia, cujos resultados são ainda desconhecidos e potencialmente prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente, seja feita sem as precauções necessárias. Além disso, a razão científica, num mundo cada vez mais apartado da ética e dominado pela lógica única do capital monopolista, não pode ser absolutamente considerada como neutra e detentora da palavra final, sobre experimentos que interferirão, de maneira tão radical, na saúde e na natureza.

Na ausência de qualquer estudo científico à respeito dos riscos, em longo e médio prazos, dos produtos transgênicos, ao meio ambiente e à saúde humana, cumpre-nos seguir o exemplo de outros Estados, apontar a necessidade da adoção de uma "moratória" no Estado de Minas Gerais, no que se refere ao cultivo comercial e à comercialização de produtos geneticamente modificados, liberando-se o plantio experimental somente para pesquisa, conforme legislação em vigor, e especialmente, mediante a apresentação do relatório de impacto no meio ambiente, conforme exigência constitucional.

O projeto de lei, que apresentamos, visa basicamente a introduzir "moratória", pelo período de cinco anos, condicionado à apresentação de laudo científico no Estado de Minas Gerais, do plantio comercial e da comercialização de produtos que contenham OGMs.

Os países europeus têm adotado salutar providência em relação às evidências de risco dos OGMs. Segundo o economista norte-americano, Jeremy Rifkin, autor do livro "O Século da Biotecnologia – A valorização dos Genes e a Reconstrução do Mundo", "a Associação Médica Britânica está tão preocupada com os efeitos em potencial para a saúde do consumo de alimentos geneticamente modificados, que acaba de convocar uma moratória, sem data de término definido, no plantio comercial de plantas alimentícias transgênicas, até que se chegue a um consenso científico sobre sua segurança".

Recentemente, nos dias 11 e 12/3/99, realizou-se em Brasília a 22ª Reunião Nacional dos PROCONs Municipais e Estaduais, posicionando-se eles favoravelmente à necessidade de realização do estudo de impacto ambiental e da moratória.

Assim, senhores, queremos lembrar também que, a despeito de a Monsanto justificar a difusão de transgênicos em substituição de cultivos tradicionais, não pode ser separada da longa história de envenenamento ao meio ambiente e à saúde humana provocados por produtos da empresa: os Bifenilos Policlorados - PCBs - contaminaram animais e até seres humanos em todo o mundo; as dioxinas, comprovadamente cancerígenas, provocaram inúmeros acidentes ambientais, desde a década de 40, envenenando trabalhadores que manipulavam produtos que as continham, causando danos a cidades inteiras, e foram novamente causadoras de contaminação de alimentos e refrigerantes na Europa há poucas semanas; o herbicida desfolhante Agente Laranja, usado por militares norte-americanos na guerra do Vietnã para destruir ecossistemas. Esses fatos citados e a manipulação reiterada de dados relativos a contaminação, até em pacientes com câncer, resultante de exposição a dioxinas contidas em herbicidas, fungicidas e outros produtos da empresa, são apenas algumas denúncias que pesam sobre a Monsanto. Elas são terríveis, entretanto necessárias para nos prevenirmos contra essa desconhecida inovação biotecnológica chamada transgênicos.

É importante, então, Srs. Deputados, lembrar que em relação ao Roundup, o herbicida mais vendido do mundo, que a empresa garante ser seguro, o volume de multas pagas por propaganda enganosa pela empresa, a morte por leucemia de trabalhadores que manipularam o produto e a contaminação ambiental desmentem seu caráter inócuo.

A soja resistente ao Roundup é o produto que a Monsanto pretende produzir em larga escala no Brasil, sem que se tenha conhecimento de seus efeitos sobre o ambiente e a saúde humana, bem como o caráter invasor das ervas daninhas desses cultivos, o potencial de ele se espalhar nas espécies convencionais, seus efeitos alergênicos, etc.

Finalizando, senhores, segundo a revista "The Ecologist", de setembro e outubro de 1998, após a empresa adquirir a Sementes Agroceres S.A., denúncias envolveram a empresa em contrabando de soja transgênica da Argentina. O passado coloca a Monsanto como suspeito potencial para confiarmos-lhe sem critérios a manipulação da natureza e da vida humana.

Precisamos, então, debater melhor esse tema, antes de concordar com a posição da CNTBio, relatada neste pronunciamento. O Legislativo mineiro deve buscar aprofundar seus conhecimentos sobre a manipulação biotecnológica. Nesse sentido, já apresentei requerimento à Comissão de Saúde, para que realize audiência pública conjunta com as Comissões de Meio Ambiente e de Política Agropecuária, para melhor debatermos a matéria. É preciso declarar Minas livre da ameaça representada pela ganância econômica transformada em verdadeira guerra biológica. Muito obrigado, senhores.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, gostaria de tratar de dois assuntos.

Sr. Presidente, solicito que sejam transcritos nos anais da Casa o editorial do jornal "Estado de Minas", de hoje, do caderno de "Turismo", no qual o jornalista Carlos Felipe trata da criação da Secretaria de Turismo, abordando justamente o pensamento que a Oposição da Assembléia Legislativa tem com relação a esse assunto. Conversando com os Deputados do PSDB, do PFL e do PSN, percebi que todos têm a certeza da importância do turismo como gerador de empregos, como gerador de recursos para o Estado de Minas Gerais. Todos reconhecem a importância do turismo não apenas para Minas Gerais, mas para todo o País. Portanto, esse é o entendimento de todos os Deputados.

Acompanhamos, desde o início, as palavras do Governador do Estado sobre a criação da Secretaria de Turismo, aguardando que, imediatamente, fosse enviada para a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais a mensagem de criação dessa Secretaria. No entanto, foram necessários exatos seis meses para que o Governador enviasse a mensagem para esta Casa. Apesar disso, ou seja, antes mesmo que recebêssemos tal mensagem, constatamos, já em abril, o funcionamento dessa Secretaria, com Subsecretário, com a presença de servidores, ofícios de gastos, pedidos de material para o funcionamento da Secretaria, atropelando o Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais. Trata-se de uma Secretaria virtual, sem a aprovação do Legislativo, que representa a sociedade de Minas. Lamentavelmente, algo que é tão importante para o nosso Estado, como a Secretaria de Turismo, está funcionando sem que haja uma lei autorizando tal procedimento, tornando essa Secretaria um verdadeiro caso de polícia.

Então, o jornalista Carlos Felipe, no editorial do caderno de "Turismo" do jornal "Estado de Minas" de hoje, aborda exatamente o sentimento que temos com relação à Secretaria de Turismo.

É importante dizer que não vejo dificuldade nenhuma em que os Deputados do PSDB, do PFL e do PSN - inclusive o Deputado Miguel Martini, que está aguardando um aparte - aprovem esse projeto. Vejo dificuldades na maneira como foi enviado para a Assembléia Legislativa. O Governo misturou alhos com bugalhos, porque a mensagem cria a Secretaria de Turismo, extingue a TURMINAS, determina que a Polícia Civil cuide de presos em Minas Gerais, porque cria uma Superintendência de Atendimento ao Preso, na Secretaria da Segurança Pública, justamente o contrário daquilo que foi aprovado pela Assembléia Legislativa. O que esta Casa quer, e demonstrou isso no ano passado, aprovando um projeto da CPI, é que a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos cuide dos presos em Minas Gerais, e que a Polícia Civil faça seu trabalho de investigação. E vemos o Governo enviar uma mensagem com todos os projetos juntos. A primeira coisa que tem de ser feita, para discutirmos, é o desmembramento dos projetos. E não vejo dificuldade de aprovação. Mas estamos vendo a ilegalidade de uma Secretaria, com seis meses de funcionamento praticamente virtual.

O Deputado Miguel Martini (em aparte)* - Obrigado, Deputado João Leite. Acompanhando atentamente o pronunciamento de V. Exa., quero dizer que concordo plenamente com sua observação, porque, enquanto algumas questões são colocadas de maneira precipitada - acredito -, outras são tardiamente. Veja: já vamos para o segundo semestre sem termos votado, nesta Casa, a reforma administrativa. Vemos o Governo acertando quando cria uma Secretaria de Turismo, mas errando quando cria uma secretaria virtual, antes da aprovação no Plenário desta Casa. Vemos, aí, uma incoerência: cria a Secretaria de Turismo e extingue um órgão técnico que tem todo "know how", toda experiência, e poderia ser um grande suporte para essa Secretaria, não sendo tão caro, pela informação que tenho, o custo com a TURMINAS. Por outro lado, diz que vai mandar as reformas a conta-gotas. Então, como vamos votar uma reforma administrativa se não sabemos o que virá depois? Por que não? Será que as promessas de campanha foram feitas de maneira leviana, sem nenhuma conexão com a realidade? Será que prometeu apenas para ganhar o voto, numa atitude demagógica, e, depois, descobriu que a realidade era diferente e que aquilo não poderia ser feito?

Minha grande preocupação, embora tenha a certeza de que esta Casa vai rejeitá-la, é a extinção da Secretaria de Assuntos Municipais. De tal maneira esta Casa considera importantes essa Secretaria e esse assunto, que uma de suas quatro comissões com sete parlamentares é exatamente a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, ao lado das Comissões de Fiscalização Financeira, de Constituição e Justiça e de Administração Pública. Se ela foi mal utilizada ou subutilizada no passado, não quer dizer que não possa ser bem utilizada de agora em diante. Estamos caminhando para um novo pacto federativo, e isso depende do fortalecimento dos municípios e dos Estados. E qual outra secretaria poderia fazer o que essa tem como missão? Dizer que ela é só para celebrar convênios? Isso foi uma distorção, uma subutilização dessa Secretaria. Ou seja, quando pensamos ver uma lógica de avanço e

evolução, vemos o retrocesso.

Então, V. Exa. está com toda a razão, e não podemos aceitar que a lei seja descumprida, que esta Casa que representa o povo, onde devem ser feitos os debates, seja desrespeitada por essa antecipação. E já não é a primeira vez que age assim, mas a terceira. Nas vezes anteriores, ele retroagiu e reviu seus posicionamentos. Quem sabe não fará agora a mesma coisa? Não podemos aceitar uma secretaria virtual, se ainda não foi aprovada ou nem sequer discutida nesta Casa. Muito obrigado.

O Deputado João Leite* - Obrigado, Deputado Miguel Martini. Aliás, o editorial do jornalista Carlos Felipe tem o seguinte título: "E, afinal, a secretaria?". Vou ter o cuidado de ler dois parágrafos. Diz o jornalista: "O tempo foi passando, entretanto, e nada de a secretaria ter o seu projeto enviado a quem de direito, o Legislativo, criando-se uma situação híbrida e confusa, em que ocupantes de cargo ainda não oficializado fazem o que é possível para não deixar a chama morrer, embora não possam assinar em nome da Pasta não existente. O resultado, estamos vivenciando, com a Oposição cumprindo seu papel e colocando em xeque a administração que não fez, mais rapidamente, a função que lhe cabia, de regularizar a situação".

Gostaria que fosse transcrita, nos anais desta Casa, a manifestação, a perfeita visão desse editorial do caderno de "Turismo", do "Estado de Minas", que traz o reconhecimento do jornalista Carlos Felipe ao trabalho da Oposição na Assembléia Legislativa, exatamente nessa linha, Deputado Miguel Martini, de defender a lei.

A Assembléia Legislativa tem de apreciar a criação de uma secretaria. Ela não pode continuar a funcionar desta maneira. Vemos não apenas a questão da Secretaria, pois estamos vendo a possibilidade, agora, de o Governo atropelar a Constituição do Estado com esse anunciado orçamento participativo. Mas estaremos atentos. Se a Assembléia não cortar isso, iremos ao Ministério Público, para que a Constituição do Estado seja respeitada. Ela é clara. Fala em audiências públicas regionais, precedidas por audiências públicas municipais. Não fala em orçamento participativo. Estaremos atentos para que não ocorra isso em nosso Estado. Temos agora uma Secretaria que funciona sem lei e teremos um orçamento participativo atropelando as audiências públicas estaduais. Há anos que elas vêm sendo discutidas pela Assembléia Legislativa, mas estamos ouvindo, por aí, que a Assembléia Legislativa já vai participar do orçamento participativo. Precisamos dos planos, que não foram enviados à Assembléia Legislativa ainda.

Vamos rasgar a Constituição do Estado para atender a um interesse político-partidário do Governador do Estado? Vamos deixar de lado a Constituição do Estado? Não é possível. Estaremos atentos.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Sr. Deputado, questionamentos e Oposição, Oposição séria, são necessários em todos os parlamentos. Queremos concordar com essa afirmação, só que, quanto ao orçamento participativo, queremos dizer que temos é de incentivar o povo mineiro, e até cumprimentar o Governador Itamar Franco por estar abrindo as portas do Palácio para a sua proposta de governo, de fazer planejamento, para trabalharmos com o orçamento participativo. E a sua história de parlamentar, pelo que tenho visto, é a de um Deputado que defende a democracia. E orçamento participativo é um caminho privilegiado de construir democracia. Há participação popular quando as lideranças dominam o processo de orçamento. Há alguns anos isso não ocorria, e não temos de ter medo de nos contrapor à audiência pública. Temos é de defender que continue esse espírito de audiência pública, aperfeiçoado. Esse termo, mesmo em nível nacional, já teve aceitação, porquanto realmente constrói a democracia. Queria fazer essa solicitação várias vezes, porque já vi V. Exa. questionando o orçamento participativo, mas isso não ajuda o povo mineiro e a Nação a traçar rumos de democracia. Queria fazer um apelo para que possamos discutir essa questão com profundidade. E queremos deixar, de público, os nossos cumprimentos ao Governador Itamar Franco e a todos os Prefeitos, não só do PT, mas de todos os partidos que têm tido a coragem de implantar o orçamento participativo. Vimos, por exemplo, em Betim, alguns parlamentares que eram contra, mas por medo de perder o seu poder. Lógico que isso não é o que está levando V. Exa. a fazer essas considerações, pois, com essa oportunidade, o povo mineiro está realmente aprofundando a sua democracia. Muito obrigada.

O Deputado João Leite* - Entendemos que as audiências públicas... quanto às audiências públicas municipais, vamos apenas mudar o nome. Esta Assembléia Legislativa e os seus Deputados sempre defenderam a participação popular, tanto que durante anos e anos os técnicos da Assembléia e os Deputados estiveram nas diversas regiões, discutindo com a população. A Deputada não estava na Assembléia Legislativa, não teve oportunidade, portanto, de acompanhar esse trabalho, mas estamos num processo de aprimoramento das audiências públicas regionais.

Não queremos que seja mudado o que está previsto na Constituição do Estado. Queremos a participação popular. Não estamos de acordo com todo esse "marketing" para oferecer à população do Estado de Minas Gerais a discussão de apenas 1% do orçamento, para mudar o nome do que está previsto na Constituição. Vamos aprimorar as audiências públicas regionais e as municipais. Elas são participação popular, como é também participação popular o orçamento participativo. Não estamos de acordo com a mudança do nome por um capricho partidário.

Para terminar, Sr. Presidente, gostaria de solicitar o seguinte: já tive a oportunidade de falar aqui sobre essa questão. A Lei nº 12.903, aprovada nesta Assembléia Legislativa, proíbe o fumo nas repartições públicas do Estado de Minas Gerais, nos centros de lazer, nos hospitais. Vários hospitais estaduais já estão cumprindo essa lei, criando um local para as pessoas fumarem. Queria dizer que até hoje a Assembléia Legislativa não tem um local para isso. Estamos convivendo com essa situação, abaixo do nível da rua, na Assembléia Legislativa. As pessoas que fumam são bem-vindas, mas estamos sofrendo com essa fumaça. Espero que, em agosto, na volta dos Deputados, seja prescrita mais saúde para nós na Assembléia Legislativa pela bancada médica. Que tenhamos ar para sobreviver no nosso trabalho a partir de agosto. Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada, senhores presentes, ocupo a tribuna desta Assembléia para apresentar as minhas considerações sobre este grande tema, necessário e importante para todo o nosso País e seu povo: a pesquisa científica.

A pesquisa científica constitui um parâmetro, não apenas produtivo, mas ainda mais importante, indicativo do desenvolvimento de uma nação. Citamos os exemplos da Europa e dos Estados Unidos, onde a pesquisa científica apresenta altos e expressivos índices de concentração e de sucessos, de cujos efeitos nós mesmos somos usuários até satisfeitos, mas pelos quais pagamos, e pagamos muito.

Somos usuários até satisfeitos, eu disse, mas reclamamos bastante de diversas situações, como o pagamento de "royalties", por exemplo, pelos remédios inventados por indústrias farmacêuticas de países estrangeiros que são utilizados pelos brasileiros. Esquecemos-nos dos altos investimentos necessários feitos por essas indústrias para chegar àqueles remédios ou produtos.

Onde estão os produtos brasileiros? Onde estão os pesquisadores brasileiros?

Aqui vai uma notícia surpreendente: existem produtos vindos do estrangeiro que foram criados por brasileiros, inclusive mineiros, de nossa Minas Gerais, pelos quais pagamos "royalties". Esse é apenas um dos sintomas de nossa carência ou falta de visão da pesquisa científica, de nosso descaso, mesmo que aparente, pelos nossos pesquisadores, pelas nossas instituições de pesquisa.

Quando observamos a nossa história e nomes famosos como Carlos Chagas e César Lattes, grandes cientistas brasileiros, até indicados para o Prêmio Nobel e que muito nos deram de sua produção científica, e comparamos com outras histórias, européia e americana, percebemos, ainda com mais nitidez, que pouco valorizamos os nossos homens de ciência, qualquer que seja a ciência.

Ou quando recebemos a notícia de que somente um pesquisador de origem brasileira ganhou um Prêmio Nobel. Foi Peter Medawar, Prêmio Nobel de Medicina em 1960, por seu trabalho na área de imunologia, e ficamos sabendo que ele se naturalizou inglês e fez carreira na Inglaterra, não no Brasil. Começamos a ficar preocupados. Onde estão os pesquisadores brasileiros?

Otto Gottlieb, químico brasileiro, foi recentemente lembrado para o Prêmio Nobel e, numa reportagem da revista "Época", lembrou a desvalorização do cientista brasileiro.

Essas são apenas algumas das informações que trago a todos a fim de chamar a atenção para mais um fator que, se não corrigido, agravará ainda mais a situação das pesquisas em nosso País: O corte de verbas federais, influenciando também as áreas de pesquisa em nosso Estado.

Para situarmos em termos bastante práticos essa realidade, vamos apresentar rapidamente a situação de um desses órgãos de pesquisa em Minas Gerais, o Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear - CDTN.

O orçamento do CDTN está inserido no orçamento da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN -, que tradicionalmente recebe 95% de recursos extrapessoais, de fontes orçamentárias governamentais. Diversas disposições governamentais, em 1999, resultaram, na prática, em redução superior a 50% nos recursos da CNEN, o que inviabilizará as operações dessa autarquia após o mês de julho.

Os reflexos dessa situação se fazem sentir diretamente na produção de radioisótopos e na segurança das instalações nucleares, áreas nas quais a CNEN tem responsabilidade constitucional. Além disso, uma série de projetos voltados para o atendimento das necessidades comunitárias, desenvolvidos pelo CDTN e demais institutos da CNEN, correm o risco de ser inviabilizados.

As atividades da CNEN em Minas Gerais são desenvolvidas pelo CDTN, antigo Instituto de Pesquisas Radioativas, concebido pelo espírito pioneiro do Prof. Francisco Magalhães Gomes e que é a mais antiga das instituições nacionais voltadas para a implantação dessa moderna tecnologia no País e em Minas Gerais, desde 1952. Sua atuação se faz sentir num amplo espectro de tecnologias, tradicionalmente ligadas ou correlatas à área nuclear.

No tratamento de rejeitos, o CDTN tem atuado ativamente no recolhimento de fontes radioativas exauridas, descartadas pelas indústrias e hospitais locais, e de pára-raios radioativos; e tem prestado serviços às indústrias da área nuclear, inclusive à central nuclear de Angra I. Mais recentemente, tem havido uma ativa participação dos pesquisadores da instituição na discussão de projeto de lei do Deputado João Leite relativo à disposição de resíduos perigosos. A presença do CDTN tem também extrapolado as fronteiras do País, com a prestação de serviços, sob contrato, à Agência Internacional de Energia Atômica.

Um número importante de projetos nas áreas de hidrologia e geoidrologia tem sido desenvolvido em benefício da população do Estado de Minas Gerais: em Lagoa Santa, a pedido do IGAM; em Poços de Caldas, em convênio com a COMIG; em Belo Horizonte, em convênio com a Prefeitura Municipal; em Montes Claros, em estreita cooperação com órgãos do Governo do Estado.

Está em fase final a instalação de laboratório para determinação de trítio ambiental, uma poderosa técnica para auxiliar o gerenciamento dos recursos hídricos subterrâneos. Esse será um laboratório com características singulares, em nível mundial. Graças a emenda parlamentar, em 1998 foi possível concluir inteiramente as obras civis dessa instalação. No momento, os recursos orçamentários disponíveis são insuficientes até mesmo para liberar, na alfândega, equipamento de US\$90.000,00 doado pela Agência Internacional de Energia Atômica.

Estudos de poluição têm sido conduzidos em diversas frentes, podendo-se destacar a poluição por mercúrio em regiões onde ainda se pratica o garimpo artesanal e a poluição atmosférica na região guseira.

A degradação do meio ambiente em algumas áreas onde se pratica a mineração a céu aberto também tem recebido a atenção do Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear, dentro do Projeto Minas Ambiente, que conta com a participação da UFMG, órgãos do Governo do Estado e recursos internacionais, trazidos pela organização alemã GTZ.

A proteção radiológica, atividade obrigatória nas instituições da área nuclear, hoje está estendida pelo CDTN a mais de 5 mil usuários, empregados de indústrias, hospitais, clínicas e universidades. A demanda atual é significativamente maior que esse número, mas o Centro tem sido forçado a recusar novos clientes, a fim de garantir a qualidade de suas intervenções. Ainda em junho, espera-se que seja possível assinar convênio com a Secretaria de Estado da Saúde, tornando possível resolver o problema de carência na qualificação de profissionais da iniciativa privada que atuam nessa área.

Diversos projetos têm sido conduzidos na área de saúde, tais como o diagnóstico de úlcera gástrica, aplicado em mais de 15 mil pacientes em parceria com o Hospital das Clínicas. Atualmente, o CDTN está testando novo método de diagnóstico de leishmaniose, um projeto que conta com recursos da Agência Internacional de Energia Atômica, em parceria também com a Fundação Oswaldo Cruz.

Utilizando sua pequena gamma-cell, o Centro irradiou, nos últimos anos, mais de 5 mil bolsas de sangue, a pedido da HEMOMINAS.

O CDTN tem atuado como um importante vetor, extrapolando as fronteiras de Minas Gerais, na disseminação da técnica de irradiação de alimentos. Está praticamente concluído o projeto de instalação de irradiador experimental no CDTN, dependendo agora da liberação de recursos orçamentários, alocados para esse fim pela Comissão de Ciência e Tecnologia, ligeiramente superiores a R\$1.000.000,00.

A atividade mais tradicional no CDTN - e que estava no âmago das preocupações dos seus fundadores - é o processamento de minérios. A contribuição dada nas décadas de 70 e 80 ao dimensionamento das reservas uraníferas do País foi essencial, registrando-se no período avaliações de mais de 60 mil amostras por ano de minérios vindos de diferentes regiões de nosso território.

Outros projetos importantes na área de materiais e de engenharia mecânica são também conduzidos pelo Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear, em parceria com outros órgãos do Estado ou no âmbito de projetos da Agência Internacional de Energia Atômica. As atividades em engenharia de reatores nucleares, que já foi das mais intensamente desenvolvidas no Centro, encontram-se hoje bastante reduzidas, devido principalmente a uma redução progressiva dos quadros, que tem tido uma reposição limitada ou nula, a partir de 1999. Com o risco de passar ao emocional, pode-se dizer que o sonho dos criadores do Grupo do Tório poderá ser frustrado.

Ainda que no contexto do programa nuclear, como um todo, o CDTN seja uma instituição relativamente pequena, seus recursos humanos detêm técnicas e tecnologias que têm sido procuradas pelos demais parceiros da área nuclear. Além disso, tratando-se do único centro de pesquisas de Minas Gerais dedicado à energia nuclear e aplicações das radiações na medicina, indústria, agricultura, etc., o esvaziamento das competências existentes, que poderá resultar da crítica situação orçamentária do momento, poderá traduzir-se em perda irreparável para o próprio Estado de Minas Gerais, que precisa manter abertas suas opções energéticas e garantir o seu acesso às modernas técnicas de aplicação das radiações.

Vejam os senhores que o quadro apresentado é de puro desmantelamento de instituições e de pessoas que já produzem resultados. Esquecemo-nos dos investimentos já feitos, jogamos no lixo nossas realizações, afastamos de nós os benefícios buscados com tanta dedicação pelos nossos pesquisadores. Bem ao contrário das nações mais avançadas, que usamos como modelo.

Uma outra informação nos coloca ainda mais preocupados: os Estados Unidos gastam ou investem até 4% de seu PIB, que é pelo menos cinco vezes maior que o brasileiro, em pesquisas, e o Brasil mal chega a 1%. Será que preferimos gastar em pagamento de "royalties" aos países estrangeiros em vez de gastarmos dentro de nosso próprio País? Em prol de nossa própria gente?

Por todos esses dados que acabamos de frisar, fica, então, claro e patente que é preciso revisar esses critérios de cortes. Precisamos reiterar a importância de nossas instituições científicas. Minas Gerais não pode ficar fora do progresso e da realização dos desenvolvimentos científicos; é necessário que se juntem esforços para que nosso País chegue ao próximo milênio também como uma nação cientificamente atualizada, atuante e reconhecida na ciência mundial."

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de dizer que apresentarei à Mesa dois requerimentos; um, pedindo à Comissão Nacional de Energia Nuclear que reveja a situação e se posicione, e o outro, pedindo ao Congresso Nacional que o orçamento destinado ao Centro Mineiro de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear seja mantido e pedindo ao Governo do Estado que solicite ao Governo Federal que esse grupo, que luta pelos interesses de Minas Gerais, seja preservado, localizado que está na Universidade Federal de Minas Gerais.

Para concluir, gostaria de dizer que temos uma situação interessante em Minas Gerais. E, falando de pesquisa, não poderia deixar de lembrar da nossa FAPEMIG. Enquanto o Governo do Estado coloca à disposição da FAPEMIG R\$12.000.000,00 por ano, o Governo de São Paulo coloca à disposição R\$300.000.000,00 para a FAPESP. A economia

paulista é apenas três vezes maior do que a de Minas Gerais, mas a aplicação de investimentos em pesquisa é 25 vezes maior. Não é por acaso que São Paulo é o Estado mais desenvolvido da Federação: lá eles pensam estrategicamente.

Querida, mais uma vez, denunciar o repasse de recursos que o atual Governo do Estado está fazendo para a FAPEMIG porque, possivelmente, serão apenas R\$4.000.000,00, neste ano, o fluxo de liberação, deixando bolsistas sem receber e outras coisas em descoberto. Isso significa, em relação ao que o Governo de São Paulo está destinando à FAPESP, 75 vezes menos. Portanto, está em colapso a pesquisa científico-tecnológica no Estado de Minas Gerais. Fica aqui o apelo aos Srs Deputados para que, numa questão suprapartidária, possamos salvar a pesquisa e o Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Ronaldo Canabrava* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, imprensa, nossos amigos, minha fala de hoje será rápida. Apenas queria passar às mãos de V. Exa. um documento que estamos providenciando junto à Empresa de Serviços de Contabilidade e Assessoria Ltda - ESCAL -, a respeito da inconstitucionalidade apresentada por questões relativas à seguridade social. Gostaria de fazer um breve relato e passar o documento às mãos de V. Exa., tendo a certeza de que somente a Assembléia Legislativa de Minas Gerais será capaz de acatar uma proposta dessa natureza, posto que a nossa Mesa e os Srs. Deputados se encontram comprometidos com o povo e, sobretudo, com a legalidade dos atos públicos. Se a colenda Mesa da Assembléia aceitar essa proposta, será uma imensa transformação em todo o País. E não somente serão beneficiados os municípios, com uma baixa muito grande do povo que tem os seus direitos preteridos, mais, ainda, os grandes juristas do País, que terão sobejos motivos para aplaudir a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que foi e continuará sendo a precursora dos grandes movimentos de transformação do País. Essa ação surtirá excelente efeito se for proposta imediatamente, uma vez que a liminar solicitada libertará todos os municípios brasileiros dos entendimentos criados por normas inconstitucionais, que serão apontadas e submetidas ao Supremo Tribunal Federal.

Então, Sr. Presidente, estamos encaminhando a V. Exa. uma ação de inconstitucionalidade, com pedido de liminar urgente, em face da terrível ameaça que pesa sobre os municípios mineiros e as demais unidades federativas do País, em virtude das leis e dos atos do Governo Federal mencionados a seguir.

Gostaria de dizer que as Emendas à Constituição n°s 19 e 20, de 1999, extrapolam as normas do processo legislativo. Sendo mais objetivo, é de competência da Presidência da República, e não do Congresso Nacional. É lamentável, é inacreditável que o Congresso Nacional tenha promulgado um ato tão disforme, um ato de tal natureza, cuja manutenção impõe pavor aos juristas sérios do País, nascido de uma provável relação incestuosa das duas Casas do Congresso Nacional, que não pode nem deve sobreviver. É preciso sacrificar o monstro antes que arranjem um lugar de destaque para ele no mundo jurídico do País. Então, vou passar às mãos de V. Exa., para que a Mesa, depois de um parecer dos juristas desta Casa, possa realmente lutar pelos direitos dos mineiros.

Gostaria de ler só o pedido final. (- Lê:): "Periculum in mora" - A partir do dia 1º de julho do corrente, estão os municípios, por força do disposto na Lei n° 9.717, de 1998, e da Portaria n° 4.992, de 5/2/99, impedidos de dar continuidade aos seus programas de seguridade e sendo forçados a atender às exigências das normas mencionadas nesta ação, não poderão, desde já, apresentar as suas propostas orçamentárias, na forma do art. 195, § 1º, da Constituição Federal, ficando prejudicado todo processo legislativo para elaboração dos orçamentos municipais brasileiros.

Os danos que a aplicação das normas do MPAS causarão aos municípios, irreparáveis em curto e longo prazos, deixarão marcas indelévels, em todo o País, com prejuízos inestimáveis para as administrações municipais, com profundos reflexos para os Estados membros.

Do pedido de liminar - Como se pode observar, presentes estão o 'fumus boni juris' e o 'periculum in mora' e a certeza do direito líquido e certo dos municípios, que lhes serão restituídos por decisão do Supremo Tribunal Federal, quando da declaração da inconstitucionalidade dos dispositivos mencionados.

Inegável é a presença do "periculum in mora", pois, declarada a inconstitucionalidade ao final, o prejuízo sofrido pelos municípios será irreparável. E, no mês de agosto, os municípios devem ter concluídas as suas propostas orçamentárias para o ano 2000.

Desta forma, o Estado de Minas Gerais, por sua Assembléia Legislativa, como legítima representante do povo mineiro, diante da flagrante inconstitucionalidade dos dispositivos mencionados, requer seja concedida medida liminar para suspender a exigibilidade do suposto direito do Ministério da Previdência e Assistência Social de receber contribuições dos servidores municipais, na forma do art. 21, parágrafo único, da Portaria n° 4.992, de 1999, e do § 13 do art. 40 da Constituição Federal."

Sr. Presidente, diante disso estamos encaminhando a V. Exa. para que sejam tomadas providências. Que não digam que a Assembléia Legislativa ficou de braços cruzados. Agradeço a oportunidade.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Amilcar Martins* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, volto a esta tribuna para, mais uma vez, falar sobre demagogia, sobre promessas de campanha, sobre promessas não cumpridas e sobre o uso da demagogia pelo Governo Itamar Franco. Gostaria de ser rápido e breve. Peço que se transcrevam nos anais da Assembléia Legislativa dois editoriais, publicados no jornal "Estado de Minas" nos dias 7 e 8 de julho. Para maior clareza, vou ler rapidamente o teor desses dois editais. No dia 7 de julho.(- Lê:)

"A jogada de "marketing" elimina a boa intenção. O que vale é a boa intenção. Nem assim, para justificar a importância dada pelo Governador Itamar Franco ao lançamento da loteria para angariar fundos para o Bolsa-Escola em Minas. A começar pela utilização de mão-de-obra não remunerada, formada por professores e estudantes. E concluindo com um resultado píffo, ainda que o termo tenha sido utilizado pejorativamente, quando Itamar era Presidente da República. Os números falam por si. Se forem vendidos todos os bilhetes, serão arrecadados R\$2.000.000,00, dos quais 20% (R\$400.000,00) caberão ao programa que dá um salário mínimo para a família que colocar e manter a criança na escola.

Pegando os R\$400.000,00, dividindo por 12, já que a organização não governamental agora só pode fazer um sorteio deste por ano, dá R\$33.330,00 por mês. O suficiente para atender a 245 famílias.

Um programa como o Bolsa-Escola é uma idéia boa demais para ser usada como jogada de "marketing". É um malefício tomar tal atitude. O que são 245 famílias no Bolsa-Escola no rol de carentes existentes em Minas Gerais? Não daria sequer para eliminar as crianças que vendem chicletes nos sinais do centro de Belo Horizonte. Em lugar de ficar fazendo propaganda digna de reclamação no CONAR, o Governador Itamar Franco poderia estar abraçando causas mais nobres nesta área. Poderia, por exemplo, se juntar ao ex-Governador Cristóvam Buarque - se tivesse dignidade suficiente para esquecer a campanha eleitoral - na pregação da proposta de o G-7 (grupo dos sete países mais ricos do mundo) abrir mão de 3% das parcelas da dívida externa para investimentos no Bolsa-Escola.

O Brasil já teve uma experiência de pirotecnia de "marketing". Deu no que deu. Seriedade é fundamental, principalmente quando o que está em jogo é um assunto tão sério."

Pela escassez de tempo, passo imediatamente à leitura do segundo editorial do "Estado de Minas" de hoje, publicado na página 2, para que também seja transcrito nos anais desta Assembléia Legislativa. (- Lê:)

"Itamar só existe no futuro do indicativo. O ex-Prefeito do Rio de Janeiro César Maia que se cuide. O Governo Itamar Franco está se especializando, cada vez mais, em criar 'factóides'. Depois da loteria da Bolsa-Escola, de resultado píffo (a palavra tem que ser esta mesma, apesar de seu passado), chegou a vez de uma nova nota à imprensa, que deveria ter sido batizada de protocolo de intenções. Depois de criar a expectativa de que iria anunciar uma solução para a questão do décimo terceiro salário atrasado do funcionalismo, o Governador Itamar Franco frustrou a todos que esperavam algo de concreto. A nota distribuída no início da noite de ontem não traz nenhuma novidade. Ao contrário, com exceção de um único item com data marcada, é toda redigida no futuro do indicativo.

O item 1 da nota termina dizendo assim: 'Os investimentos serão feitos, prioritariamente, na recuperação de estradas'. Não diz de onde virá o dinheiro, em tempos de moratória e portas fechadas dos financiamentos externos. No item 2, o Secretário da Fazenda informa que 'o processo de venda da carteira de créditos consolidados (com a qual o Governo espera pagar o décimo-terceiro salário) só poderá ser iniciado após o encerramento do prazo concedido para a anistia'. Avisa também que não é possível fazer previsões sobre o montante a ser arrecadado. No item 3, o assunto é Bug do Milênio (o correto é do Ano 2000). E anuncia: 'O Governador convocará reunião para adoção de providências...'. O item 4

trata dos investimentos no setor elétrico e termina assim: 'O Presidente da CEMIG dará detalhes sobre os temas, oportunamente'. No item 5, o mesmo estilo: 'O decreto será assinado nos próximos dias'.

Só o item 6 traz algo concreto. Anuncia o lançamento, dia 20, da Campanha de Valorização dos Serviços Públicos. Mesmo assim, é uma campanha. Mais uma na pirotecnia de 'marketing' que dominou o Governo Itamar nos últimos dias."

Finalmente, para terminar, gostaria de falar sobre mais um crime que se comete contra a população de Minas Gerais. Refiro-me ao projeto do PSIU móvel, que atende à população carente do Estado e que tem cumprido um papel fundamental no atendimento para a retirada de carteiras de identidade, de trabalho e tantos outros documentos. O PSIU móvel é constituído de seis carretas, que rodam por todo o território de Minas Gerais. Em todo lugar a que chega, ele tem atendido à população pobre do Estado. Desde o início do Governo Itamar Franco, o PSIU móvel foi desativado. Denunciei esse fato desta tribuna e disse que as seis carretas estavam localizadas na Hometour, empresa que fabricou as carretas, na Fernão Dias. O Governo disse que as carretas seriam reativadas, assim como o PSIU móvel. Entretanto, tenho a informar a todos os Deputados e à população de Minas Gerais que, na verdade, as carretas foram retiradas da Hometour e estão localizadas, hoje, no 5º Batalhão da Polícia Militar, na Gameleira, já em processo de venda e extinção do programa, o que é um crime contra os interesses da nossa população pobre. Esse tipo de gesto não pode continuar. É preciso ter seriedade no trato da coisa pública.

A idéia do PSIU é generosa, é importante, envolve tecnologia de ponta e deve ser respeitada. É preciso que os governantes respeitem as boas idéias dos governos que os antecederam.

É fundamental que o Governador Itamar Franco tenha respeito pelo que foi feito de importante, de fundamental no Governo Eduardo Azeredo e pare com atitudes como essa de desativar o programa da importância representada pelo PSIU móvel.

Finalmente, gostaria de congratular-me, de público, com a Vereadora Lúcia Pacifico Homem, do PSDB, que, hoje, entrou com a primeira ação cível pública do País, na vanguarda das ações do País, contra as prestadoras de serviço telefônico, juntamente com o PROCON e a OAB. Portanto, o Movimento das Donas de Casa, liderado pela Vereadora Lúcia Pacifico Homem, mais uma vez, mostra a sua importância, a sua seriedade na defesa dos interesses da população pobre e carente de Minas Gerais. Aquela Vereadora, que foi vítima de calúnias e perseguições recentes, coloca-se acima dessas questões e une-se aos órgãos responsáveis por essas ações, a fim de defender os interesses da população.

Portanto, quero dizer uma palavra de desagravo à Vereadora Lúcia Pacifico Homem, pela perseguição, pela covardia, das quais foi vítima. Quero, também, dizer uma palavra de estímulo e elogio por essa primeira ação. A sociedade organizada de Minas Gerais saberá reagir e exigir que as empresas responsáveis pela telefonia no Brasil prestem serviços competentes à população. Essa primeira ação cível pública, protocolada pelo PROCON de Minas Gerais, juntamente com a OAB e com o Movimento das Donas de Casa, demonstra a importância de atitudes vigilantes das pessoas dedicadas à causa pública em Minas Gerais.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte) - Ilustre Deputado, com exceção das congratulações dirigidas à Vereadora Lúcia Pacifico Homem - o que mostra a quantas andam as privatizações do Governo Fernando Henrique -, discordo, peremptoriamente, da análise feita por V. Exa. Os jornais, às vezes, não têm a obrigação de fazer uma análise mais profunda, mais criteriosa, buscando, num passado recente, de sete meses no máximo, a verdadeira situação, a fim de dizermos com clareza, que pífia foi a criatividade do Governo anterior, que não teve competência, não teve altivez, não se fez respeitar junto ao Governo Federal, a fim de impedir que o nosso Estado enfrentasse a situação atual.

Somos obrigados a ver um Secretário de Estado da Educação tentando soluções. Talvez até pudéssemos criticá-lo. No entanto, é o mínimo que se faz com respeito, com dignidade, sem dilapidar o patrimônio público e, acima de tudo, sem levar um sofrimento maior ao nosso povo. Isso se faz com dignidade, ilustre Deputado. Devemos compreender por que o Governo passa por dificuldades homéricas. Só Deus e alguns de nós sabemos das dificuldades encontradas pelo Governo, para ter a dignidade de dizer que é possível imaginar que ainda é possível administrar o nosso Estado. Só Deus e alguns têm essa consciência, porque, infelizmente, a maioria das pessoas não têm informações e não chegam a perceber exatamente o que estamos enfrentando. Encontramos uma administração completamente caótica, tínhamos de pagar 13º salário, folha de dezembro e uma dívida com a qual não podemos concordar.

Foi essa a situação que este Governo encontrou, e, portanto, às vezes somos obrigados a pensar em situações quase ridículas, para imaginar que é possível administrar este Estado.

O Deputado Amílcar Martins* - Termine rapidamente, Sr. Presidente, agradecendo o aparte do Deputado Márcio Cunha, que tem todo o direito de defender o fechamento do PSIU móvel. Esse é um programa que atende à população, mas, se ele não está preocupado com a questão, é um problema seu, de sua consciência...

O Deputado Márcio Cunha (em aparte) - Apresentei idéia melhor, criando a central de empregos em Minas Gerais.

O Deputado Amílcar Martins* - Não tenho nenhum reparo a fazer. V. Exa. tem todo o direito de pensar da forma que quiser e de defender a demagogia aberta e escancarada do Governo com um programa que pode, na melhor das hipóteses, atender 245 famílias. Isso, se todos os bilhetes forem vendidos! Nessa hipótese, atenderá 245 famílias em Minas Gerais - não é em Belo Horizonte, mas no Estado. V. Exa. pode defender o que quiser. E pode também se manifestar contra esses dois editoriais de um jornal respeitado por todos os mineiros, que me parecem ser resultado de uma reflexão cuidadosa e que passam, a partir de meu pedido, a figurar nos anais da Assembléia Legislativa. Agradeço a atenção de todos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados, é preciso discutir a sério o que é demagogia em nosso País. O Governador do Estado assumiu o compromisso, no segundo turno das eleições - inclusive com o PT, mas principalmente com o povo de Minas Gerais -, de iniciar o processo de implantação de um projeto de bolsa-escola em nosso Estado. Promessa essa que tinha sido feita pelo demagogo Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, e que ele esqueceu imediatamente e sequer pensa em poder cumprir. O Governo do Estado inicia, agora, um processo de discussão sobre a implantação da bolsa-escola em Minas Gerais. Bolsa-escola essa que teve origem no Governo Cristóvam Buarque, em Brasília, que foi um sucesso e que fez e faz parte do Governo de Belo Horizonte, agora, com o Prefeito Célio de Castro, após ser sancionada pelo Prefeito Patrus Ananias. Ela já atende, em Belo Horizonte, 4.500 famílias, o que representa, mais ou menos, 16 mil crianças. No Distrito Federal, ao final do Governo Cristóvan Buarque, eram cerca de 28 mil famílias, representando mais de 50 mil crianças. Há que se perguntar quantas crianças são atendidas pelo projeto de bolsa-escola do Governo Federal. A resposta é zero crianças, zero famílias, nenhuma. É apenas demagogia.

O Governo Itamar Franco inicia o processo. Ontem, reunida a Comissão de Educação, a pedido do Deputado Adelmo Carneiro Leão, disse que iniciará esse processo no segundo semestre do ano que vem. E fará isso com diversas fontes de recursos, entre as quais o próprio orçamento do Estado, procurando viabilizar o projeto a partir das regiões mais pobres e depois estendê-lo, sem nenhuma contribuição do Governo Federal. Pelo contrário: o Governo continua com sua política de entrega do País ao capital financeiro internacional.

Tudo isso foi feito também em Minas Gerais, no Governo Eduardo Azeredo. O problema é que o Deputado que me antecedeu foi eleito para ser Líder do Governo Azeredo - que, felizmente, perdeu as eleições - e fica procurando justificar aquilo tudo que esse Governo não fez, de forma alguma, no Estado de Minas Gerais. Ele diz que defende o funcionalismo público. Não sei se vocês viram hoje as manchetes de todos os jornais. Parece que só se lê o editorial que se quer, mas há matérias em todos os jornais dizendo que o Governo Federal fará novo plano de demissão do funcionalismo público federal, embora a Ministra entenda que não há excesso de funcionários públicos. Porém, é preciso economizar para pagar juros de dívida externa ao FMI, para, cada vez mais, levar o País ao buraco. Ao mesmo tempo em que faz isso, a mando do FMI, quer que os Estados e os Governos dos Estados sigam as normas do Fundo. Quando o Olívio Dutra, o Itamar Franco e o Garotinho, que venceram as eleições pela Oposição, se negam a obedecer as normas do FMI, os neoliberais se colocam no microfone, a exigir que o neoliberalismo seja pleno em Estados e municípios, querendo ditar as normas para os que discordam do neoliberalismo e a ele resistem, valentemente, no nosso País.

Esse é o quadro em que se situa a disputa política na Assembléia. Também aqui os neoliberais, insistentemente, fazem demagogia. Agora viraram neoestatistas. Estão, por exemplo, preocupados com a COPASA. Estão preocupados até com a CEMIG, que ajudaram a entregar para um sócio que, na prática, é majoritário, um sócio estrangeiro que detém a situação, como a CPI está averiguando.

Esse debate político tem de ser posto às claras, porque o povo brasileiro começa a cobrar nas ruas o resultado da "vendilhama" que foi feita em nosso País. Hoje mesmo iniciou-se, na Praça Sete - infelizmente não podemos estar lá -, uma coleta de assinaturas para abrir a CPI da TELEBRÁS, em cujo processo de venda o Presidente da República, ele próprio, quis que o grupo Opportunity fosse privilegiado. E agora quer impedir que uma CPI possa desmascarar processo de privatização.

Dizer que a Vereadora está reclamando no PROCON é outra demagogia. Ora, por que não se instala a CPI da TELEBRÁS no Congresso Nacional, para ver quem são os responsáveis, de fato, pelo que está acontecendo agora com o sistema DDD? Onde estão os benefícios das privatizações? Onde está o dinheiro que seria usado na educação e na saúde? Esse Governo está jogando o Brasil no buraco. É necessário iniciar também uma coleta de assinaturas - os partidos da Oposição e os sindicatos já se mobilizam para isso - para exigir a renúncia do Presidente Fernando Henrique Cardoso e, ao mesmo tempo, seu "impeachment", caso ele não renuncie. Essa é a questão fundamental. E ainda bem que em Minas Gerais o Governo Azeredo sofreu uma implacável derrota política, tanto em Belo Horizonte quanto em todo o Estado. Que chorem, porque o choro é livre, mas o povo mineiro não mais fará retornar esse neoliberalismo subserviente do Presidente Fernando Henrique, aqui no nosso Estado. Concedo aparte ao colega Deputado João Paulo.

O Deputado João Paulo (em aparte) - Nobre Deputado Rogério Correia, o aparte é para concordar com as observações de V. Exa., à exceção do neoliberalismo, pois, sinceramente, acredito - tenho dito isso e não vou parar de dizer - que estamos sendo vitimados pelo neocolonialismo e não neoliberalismo, simplesmente.

Nobre Deputado, ainda há pouco discursava na tribuna o Deputado Amilcar Martins. Gostaria também de concordar com ele em algumas de suas observações. E gostaria de começar pelo PSIU. Penso que, de fato, o PSIU é um serviço importante que se presta à sociedade, e já conhecemos a posição do Governo de restabelecer esse serviço, assim que seja financeiramente possível, uma vez que cada PSIU está orçado em R\$40.000,00 por mês. Mas quero enaltecer também a coragem do Deputado Amilcar Martins quando critica, de maneira aberta, o Governo Federal com relação às privatizações. Não o fez, talvez, com a finalidade de crítica, mas acabou estabelecendo uma crítica veemente ao Governo Federal, aplaudindo a iniciativa da Vereadora Lúcia Pacifico Homem, Presidente da Associação das Donas de Casa, que, muito adequadamente, promove uma ação contra a TELEMAR. E nós, Deputado Rogério Correia, realizamos de maneira pioneira uma audiência pública nesta Casa - que foi até profética -, para anunciar para a sociedade mineira que esse serviço estava sendo mal conduzido.

Ontem ocupei esta tribuna e fiz algumas considerações a respeito da falência dessa transição que foi efetivada, e vejam bem que privatização é feita no Brasil, fora do Brasil, em qualquer país, porque o Estado é mau empresário. A presença do Estado na exploração da atividade empresarial nunca deu certo, quer seja nos países comunistas, nos socialistas ou nos capitalistas. A privatização se faz exatamente para que um serviço experimente uma melhora na sua qualidade. Aqui, as empresas de telefonia conseguiram piorar o serviço. Vão para o "Guinness" por isso. O serviço conseguiu ser pior do que era antes. Exibí ontem, e os jornais de hoje também já estampam, edital da TELEMAR, convocando seus acionistas para aumentar o capital em R\$35.000.000,00. Iniciaram esse serviço e logo perceberam que precisavam investir mais. O desinvestimento deu a esse serviço uma qualidade ruim, o que motivou a privatização. Eles assumem que o serviço piorou.

Mas, a despeito do pronunciamento do Deputado Amilcar Martins criticando o Governo atual, eu diria que Governo encontra sempre uma situação conjuntural da qual não pode se livrar de imediato. O Governo do Estado trabalha com o orçamento votado no Governo anterior. O Governador Azeredo assinou um contrato com o Governo Federal, sabendo ele que não poderia cumprir. Veio a esta Casa, numa atitude corajosa, e protocolizou um documento dizendo que assinou um contrato com o Governo Federal sabendo que não poderia cumprir. Isso infelicitou o atual Governo, foi a causa da ruína. Esse Governo, já se sabe, trabalha boicotado por Brasília. O Presidente da República boicota o Governo Itamar Franco, o que é mais uma causa da não-efetivação dos compromissos e das pretensões assumidas pelo Governo atual. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Vou apenas concluir. Tomara que, em vez das privatizações, da política de corte no serviço público e nas áreas sociais, consigamos fazer florescer, em Minas Gerais e também no Brasil, os projetos de orçamento participativo, de bolsa-escola, de participação popular, de combate à fome e à miséria. Essa é a regra: um Estado que tenha condições de fazer investimentos nas áreas sociais, e não um Estado que abra mão de seus deveres, para apenas dizer "sim, senhor" ao capital financeiro internacional, que é a atual política do Governo Fernando Henrique. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio* - Usando o art. 164, em nome do PSDB, que foi citado pelo ilustre Deputado Rogério Correia, gostaríamos apenas de fazer uma observação. Esta é a Casa da contradição. Da mesma forma que o Deputado Márcio Cunha, de apoio ao Governo, diz que, como o Governo não tem como se livrar de determinadas situações, vive em angústia, no plano federal também o Governo Federal, o Presidente Fernando Henrique vive o mesmo problema, só que com uma doutrina diferente. V. Exa. acha que ele não está aplicando no social, na educação, na saúde, mas vou dizer de público, aqui, que falar de bolsa-escola em Minas Gerais hoje é demagogia. O Governo já elegeu como prioridade o ensino fundamental e secundário. Em qualquer colégio em que passemos, principalmente à noite, existe merenda escolar. Em algumas cidades, quando o Prefeito tem recursos, aplica em cadernos, uniformes, etc. O Governo Federal tem feito tudo para gastar de 25% a 30% com a educação. Aliás, já existe uma lei para isso. Vigiar os Prefeitos é difícil. Não existe perfeição no ser humano. Acho que devemos entender a coisa de uma forma conciliatória.

Atirar pedra e dizer que o Governo é irresponsável porque está privatizando... O Itamar Franco, quando Presidente da República, no início de seu Governo, privatizou várias empresas. Naquele tempo, a situação já era de um mundo inicialmente globalizado.

Gostaríamos de conciliar o socialismo com a social-democracia e todas as outras tendências intermediárias. O Poder Legislativo tem de buscar soluções, e não a divisão. Fica a nossa defesa nesse sentido de ainda entender também. Acreditamos no projeto do Governador Itamar Franco e também no projeto do Presidente Fernando Henrique, mas com suas diferenças. Nós é que temos que chegar à resultante dessa obra difícil da política, da sobrevivência de todos os brasileiros com dignidade. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Costa* - Sr. Presidente, vou me valer do art. 164, uma vez que a Oposição foi citada como um todo, e fazemos parte desse todo. Lembrando a história recente, o processo de privatização no Brasil se iniciou quando se instituiu o Plano Real. Naquele momento em que se começou o processo de privatização com a Companhia Siderúrgica Nacional, o setor petroquímico, etc., o Presidente da República era o Dr. Itamar Franco. Naquela época, os recursos eram utilizados, sim, para pagar juros da dívida externa do Brasil. Talvez continue até hoje. Não podemos acreditar em alguém e duvidar de outro. Temos de duvidar quando há um fato comprovado. No caso, devemos abordar e atacar o fato.

Hoje, também há um discurso de neoliberalismo no Brasil. Se fomos usar uma palavra, que foi criada na imaginação de alguns oradores que às vezes esquecem o que tinham de falar, poderia dizer que há o "neoidiotismo", o "neoincompetente" e o neo para tudo. Não é esse o objetivo. Não estou aqui para dizer que as privatizações estão muito boas nem que estão sendo bem feitas e nem tenho obrigação disso. Mas tenho que lembrar-lhes, para refrescar a nossa memória recente, que esse processo se iniciou quando o Dr. Itamar Franco era Presidente da República e teve seqüência com o Presidente Fernando Henrique. Se há alguma coisa que precisa melhorar, que se melhore. Se há alguma coisa que deve ser denunciada, que se denuncie. Agora, generalizar as coisas é no mínimo imprudente, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores das galerias, imprensa, neste momento de encaminhamento de votação do Projeto de Resolução nº 408/99, gostaríamos de ler o art. 1º, que diz. (- Lê:)

"Art. 1º - As garantias por débitos de responsabilidade do Estado de Minas Gerais, no contrato de cessão de créditos de saldos remanescentes da conta de resultados a compensar, assinado com a Companhia Energética de Minas Gerais, poderão incluir de acordo com o que dispuser o termo aditivo receitas próprias da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - e da Companhia de Mineração de Minas Gerais - COMIG."

O disposto no art. 1º aplica-se às operações de crédito já autorizadas em lei, com validade até a liquidação de todas as obrigações já assumidas."

Queremos dizer que, pelo conteúdo do projeto de resolução que está sendo encaminhado para votação, compete, privativamente, à Assembléia autorizar o seu Governador.

Há uma história de um projeto de lei de renegociação de dívidas da União com Minas Gerais, pelo qual a CEMIG, que, naquele tempo, era companhia estatal, recebeu 3.400.000.000 de UFIRs, mais ou menos ao valor de US\$602.000.000,00. Esse dinheiro foi repassado sob forma de empréstimo para o Estado. Era o dinheiro da CEMIG, uma companhia estatal. A

realidade daquela época era esta: na medida em que a CEMIG emprestou, o Governo do Estado deu em garantia o Fundo de Participação Estadual. Mas - vejam bem -, agora, a situação é diferente. Isso ocorreu há mais tempo. Em 1993, foi aprovado o projeto de lei de renegociação da dívida. Agora, quanto a esses dividendos que tinha com o Governo Estadual, a CEMIG já os recebeu e os repassou para o Governo, sob forma de empréstimo. E o Governo de Minas deu, então, em garantia, o Fundo de Participação. Estamos repetindo para a situação ficar bem clara.

Com a realidade de hoje, com a moratória do Governador Itamar Franco, decretada de forma intempestiva, os senhores podem perceber a primeira consequência: a falta de garantias nesse empréstimo, além de já não ser a CEMIG uma companhia inteiramente estatal. O Estado, hoje, tem a maioria das ações, mas não tem tudo.

O sócio estratégico pode ter reclamado, porque quer dividendos mais altos. O empréstimo foi feito a 6% ao ano, em 204 parcelas. E, nas reuniões, o sócio estratégico pode ter cobrado uma garantia diferente. O Governo de Minas Gerais, nessa dificuldade de ter que lançar compulsoriamente certos mecanismos para compensar, o que fez? Pensou em colocar, nesse projeto de resolução, que compete privativamente à Assembléia a autorização, as receitas da COPASA e da COMIG, que são duas companhias estatais.

Sendo assim, a COPASA, que tem um faturamento em torno de R\$600.000.000,00, estaria garantindo esse empréstimo. Mas vejam bem: a COPASA, agora, está se dirigindo para formar um consórcio que o nosso Governador Itamar Franco solicitou. Aliás, quando digo "nosso" Governador, não estou me referindo ao partido, mas a Minas Gerais. Pode ficar parecendo que estou do lado de Itamar Franco, mas não. No que for bom para Minas, o PSDB vai apoiá-lo, mas somos partido de Oposição. Então, quando digo "nós", refiro-me a Minas Gerais.

A COPASA, como companhia estatal, vai fazer parte do consórcio da Usina de Irapé em 20%. Mas, ao mesmo tempo, está tendo um problema de concessão de água e esgoto para Belo Horizonte. Assim, pode se sentir, até certo ponto, comprometida nos seus créditos e ver complicado o seu patrimônio, porque há uma folha de pagamento. Diante da CEMIG, que tem um faturamento de R\$4.000.000.000,00 por ano, ela é pequena, o seu faturamento é de R\$600.000.000,00. E vejam bem: é a COPASA que vai garantir a dívida que o Estado tem com a CEMIG.

Primeira interrogação: será que a COPASA, em longo prazo, não estará entrando num processo de privatização, devido a dificuldades de caixa existentes num mundo globalizado? A COPASA poderia ter suas forças fragilizadas, do ponto de vista econômico-financeiro e, com essa garantia, começa a ser privatizada. E ser privatizada com a participação do sócio estratégico da CEMIG. São reflexões e interrogações que fazemos.

Esse projeto parece-me um pouco nebuloso, e, embora não seja técnico, disponho das informações que me foram fornecidas. Em economia e finanças, num país pouco organizado como o Brasil, ainda nos encontramos no caminho de criar regras, o que tem de ser feito por este parlamento. O Congresso Nacional deve criar regras em todos os setores. O nosso problema é estrutural e tem, como causa final, a educação que está chegando lentamente. Temos a certeza de que Itamar Franco irá promover a educação no Estado de Minas Gerais. O Presidente Fernando Henrique está promovendo uma evolução na educação, que a saúde não tem acompanhado. Faço críticas ao Governo Fernando Henrique quando é necessário, mas também não constatei ações por parte do Estado para combater o estado de caos por que passa a saúde. São causas estruturais, relativas às condições de trabalho dos profissionais da saúde e outras. Quanto à educação, gastam-se de 25% a 30% dos orçamentos. E na saúde, que é primordial, não se gastam 7% ou 8% do orçamento.

Queremos dizer que vamos aprovar, talvez de forma compulsória, para fazer coro com o nosso colega, Deputado Márcio Cunha. Neste momento, gostaria de dizer que o PSDB votará favoravelmente a esse projeto, com duas emendas, produto do espírito de conciliação, e a favor do povo de Minas Gerais, revelado, hoje, na Comissão de Fiscalização Financeira. Temos a certeza de que nossos entendimentos receberam a aclamação deste Plenário. As duas emendas foram elaboradas pelos Deputados Miguel Martini e Paulo Piau, apoiados pelo PSDB, e acolhidas pela compreensão do Líder do Governo, na presença honrosa do Sr. Hargreaves, Secretário de Estado da Casa Civil, e com a participação do nosso companheiro, Deputado Fábio Avelar, que tem grande experiência no que se refere à COPASA, fornecendo-nos valiosos subsídios. Contamos, também, com a ação política do Vice-Líder do Governo, Deputado Rêmoló Aloise, enfim, de todos os Deputados da Comissão. Na busca de servir os funcionários da COPASA e o povo de Minas Gerais, optamos por apresentar duas emendas que gostaríamos de aqui relatar: "SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 2 - Art. - Da implementação do disposto no art. 1º desta resolução, não poderá resultar perda para a COPASA-MG e a COMIG". Este parlamento encontra-se preocupado com isso, assim como o PSDB, responsabilizando-se o Tesouro do Estado pelo cumprimento do disposto neste artigo. "Parágrafo único - No cumprimento do disposto no 'caput' deverão ser utilizadas as ações da CEMIG de propriedade do Estado, não do sócio estratégico, nos termos da lei."

Concluindo, queremos dizer que o PSDB não constitui obstáculo para o Governador Itamar Franco, pois aqui está para ajudar o povo de Minas Gerais. Vamos encaminhar favoravelmente.

O Deputado Miguel Martini* - Sr. Presidente, queria elogiar a benevolência de V. Exa., por ter deixado o Deputado Alencar da Silveira Júnior usar o tempo todo, sem sequer formular uma questão de ordem. Parabéns pela benevolência de V. Exa., porque ele não podia nem ter usado a palavra, uma vez que não solicitou questão de ordem.

Estamos aqui para encaminhar a votação do Projeto de Resolução nº 408/99 e dizer que estamos satisfeitos por termos preservado a COPASA. O projeto na sua forma inicial era um risco para a COPASA. Agora, com as emendas que oferecemos na Comissão de Fiscalização Financeira, está preservado o patrimônio da empresa e não somente será garantido pelo fundo, mas agora essa garantia será real, porque está lastreada com as ações da CEMIG.

Achamos que já foi um avanço sob dois aspectos: garantimos o patrimônio da COPASA e estaremos contribuindo para que o Governo do Estado possa captar recursos para fazer face às dificuldades financeiras que o Estado está vivendo.

Sabemos que agora a CEMIG, com essa garantia dada pela COPASA, que terá preservado seu patrimônio pelas ações da própria CEMIG, pertencentes ao Tesouro do Estado, poderá negociar esses títulos no mercado e, possivelmente - não sei qual operação o Estado vai fazer, mas deve haver alguma já engendrada, para a antecipação de receita ou outra coisa -, poderá obter um recurso a mais, com o qual não contava.

É dessa maneira que pretendemos fazer oposição nesta Casa, e não fazer oposição ao povo mineiro; fazer oposição ao Governo, quando ele age de maneira incorreta. O projeto inicial trazia insegurança para nós.

Não podíamos dar aquela autorização. Agora, já temos segurança de que vamos preservar a COPASA. Mas, mais do que isso, é estar garantido, no artigo apresentado pelo Deputado Paulo Piau, que só pode ser utilizado para esse documento, conforme está na resolução, e não pode ser utilizado para outra operação financeira, que era uma dívida que tínhamos aqui.

Com essas emendas agora, o meu encaminhamento é favorável. Acredito que estaremos ajudando o Estado de Minas Gerais a resolver um problema. Havia uma falta de garantia, por parte da CEMIG, desse empréstimo de R\$602.000.000,00. Agora, esta garantia está coberta e vai permitir o negócio, ao mesmo tempo em que garante o patrimônio da COPASA. Estamos satisfeitos dessa maneira.

Foi exatamente porque não deixamos que se votasse o projeto a toque de caixa, porque queríamos fazer o debate, porque resistimos na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária que esse projeto foi aprimorado. É dessa maneira que queremos continuar nesta Casa. Não podemos deixar votar a toque de caixa os projetos. Queremos discutir, sim, e apresentar propostas que assegurem ao cidadão mineiro que os projetos aqui aprovados são para benefício e não para prejuízo.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores da imprensa, pessoas presentes nas galerias, mais uma vez, registramos, com grande satisfação, a presença do Presidente do SINDÁGUA e de toda a sua Diretoria, para participar dessa votação nesta tarde.

Gostaríamos, em primeiro lugar, de dizer que estamos também encaminhando favoravelmente a esse projeto. Disse, pela manhã, um velho ditado: É preferível perder os anéis do que perder os dedos. Foi assim que tivemos um entendimento. Apresentei a esse Plenário, como os senhores sabem, uma emenda que substituiu a garantia ao Governo do Estado. Nessa

minha emenda, a proposta é de que essa garantia fosse dada com os próprios dividendos que o Governo do Estado tem junto à CEMIG. Mas democracia é isso mesmo. Com a presença de vários Deputados na reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, pudemos, através de negociação, acertar uma maneira de, pelo menos, garantir que a COPASA não tivesse um risco maior, se, por ventura, o Governo não tiver condições de honrar seus compromissos junto à CEMIG.

Estranhamos, repetimos, aqui, mais uma vez, o fato de essa garantia ser dada por uma empresa como a COPASA, que fatura quatro ou cinco vezes menos que a CEMIG. É como se uma empresa pequena estivesse financiando uma gigante. Acreditamos que, com essa garantia que foi dada, caso o Governo do Estado não assuma seu compromisso, a COPASA receberá essas ações que o Governo tem da CEMIG, então o patrimônio da empresa estará preservado.

Gostaríamos de ressaltar a importância desse debate. Apesar da urgência com que esse projeto tramitou nesta Casa, tivemos condições de, pelo menos, dar uma garantia e segurança à COPASA e, conseqüentemente, a todos os seus funcionários. Mais uma vez, queremos cumprimentar a Presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o Deputado Márcio Cunha, e os Deputados que lá estiveram hoje, inclusive os Deputados do PT, que nos apoiaram e entenderam a situação difícil que seria para a COPASA, caso fosse aprovado o projeto da maneira como foi encaminhado. Ressaltamos a participação do Vice-Líder do Governo, o Deputado Rêmoló Aloise, relator do projeto, que também entendeu a necessidade de se dar uma garantia maior à COPASA.

Encaminhamos favoravelmente a aprovação da matéria na forma da Subemenda nº 2 e da Emenda nº 3, apresentada pelo relator. É só isso.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, gostaria de dizer que estamos satisfeitos, agora, por podermos votar algo em que temos confiança. Ouvimos, anteriormente, que teremos o PSDB defendendo o funcionário público e a COPASA. Infelizmente, se o PSDB, o PFL e o PSN, representados pelos Deputados Mauro Lobo, Fábio Avelar e Miguel Martini, e as assessorias não tivessem tido o cuidado de ter um contato com os trabalhadores da COPASA, juntamente com o SINDÁGUA, correríamos o risco de colocar a COPASA como avalista desse empréstimo e de termos essa empresa, tão importante, perdida em nosso Estado. Que bom que os Deputados do PSDB nos emprestaram a sua sabedoria e a sua sensibilidade, neste momento, para podermos votar algo que garanta uma situação de segurança para a COPASA e para a sociedade de Minas Gerais.

Infelizmente, o pensamento dos outros partidos não aconteceu no primeiro momento. É bom que tenhamos, agora, um consenso quanto a essa proposta feita pelos Deputados Mauro Lobo, Fábio Avelar e Miguel Martini, construída juntamente com o SINDÁGUA e com os trabalhadores da COPASA.

Gostaria de parabenizar os Deputados que, com sensibilidade, construíram essa possibilidade de haver uma situação diferente da anterior, porque aquela não servia. Conversava, há pouco, com o Deputado Mauro Lobo, que me instruiu sobre essas possibilidades, até da colocação das ações da CEMIG como garantia. Ele me tranquilizava, dizendo que as ações garantem a COPASA. Isso nos dá segurança, depois de construirmos uma nova proposta para votarmos, e não a que foi apresentada no início, porque aquela não nos interessava.

Para concluir, gostaria de parabenizar os Deputados e o SINDÁGUA pela possibilidade que, no início, não tínhamos, da participação do SINDÁGUA e dos trabalhadores da COPASA. Com tanta urgência, esse projeto iria passar sem uma audiência pública e sem uma discussão que dessem, aos trabalhadores, ao Sindicato e à sociedade, a oportunidade de participar. Parabenizo os Deputados por essa construção, que aconteceu com a presença dos Deputados Mauro Lobo, Fábio Avelar e Miguel Martini. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, demais integrantes da Mesa, senhores que estão na galeria ansiosos para que a Assembléia possa votar, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 315/99, todos os parlamentares têm consciência dessa ansiedade. Estamos cumprindo o nosso dever e, daqui a pouco, chegaremos ao projeto que esperam. Senhores da imprensa, senhoras e senhores, há poucos instantes, percebi algo diferente no Plenário. Não que ele estivesse melhor ou pior, mas é um acontecimento histórico: pela primeira vez, neste semestre, alguém da Oposição, por liberalidade da Mesa, pôde dirigir os trabalhos deste Plenário, pelo menos por alguns minutos. Não quero dizer que o Deputado Fábio Avelar tenha sido diferente dos outros, mas essa foi uma oportunidade diferente para nós, que pudemos assistir à reunião e dela participar sendo dirigidos por um companheiro da Oposição. Mas venho a esta tribuna porque, em um primeiro momento, esse projeto de resolução causou uma grande inquietação. O Deputado Fábio Avelar, que fez uma carreira brilhante na COPASA, ficou extremamente preocupado com os destinos dessa empresa. Depois, com o avançar da discussão, o Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo, formulou requerimento para que se atribuisse ao projeto regime de urgência. Em seguida, sensibilizado pela movimentação do Plenário e movido por sua visão de homem público, preferiu retirar esse requerimento. Assim, nós, da Oposição, queremos fazer aqui uma homenagem pública ao Deputado Alberto Pinto Coelho, que retirou o requerimento e permitiu que a discussão continuasse. Peço desculpas ao Plenário e a todos os ouvintes por minhas tosses, pois minha garganta está um pouco infeccionada. Isso não acontece porque eu tenho falado muito, não; pelo contrário, talvez esteja acontecendo porque tenho falado pouco, mas, começando a falar, irei melhorar. Continuando, Sr. Presidente e Srs. Deputados, devido à liberalidade, o projeto voltou à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, onde recebeu emendas dos combativos Deputados Miguel Martini e Paulo Piau, atingindo conseqüentemente o limite desejável, ou seja, ele agora está dentro do limite aceito por todos nós. Por isso, quero dizer aqui que a atuação da Oposição junto à Comissão e a este Plenário e o espírito de liberalidade e a ação democrática do Deputado Alberto Pinto Coelho, que concordou em retirar seu requerimento para que o projeto fosse mais bem discutido, permitem agora que nós, companheiros do Deputado Fábio Avelar, que conhece como poucos a história e a trajetória da COPASA, sejamos favoráveis ao projeto. Todos somos favoráveis, porque sabemos que, agora sim, todos os interesses da empresa e do Estado estão resguardados. Neste instante, para concluir, mais uma vez reitero que a atitude do Líder do Governo foi digna de elogios. Quando temos que criticar, criticamos, mas, quando temos que elogiar, elogiamos. Ele teve a coragem de retirar o requerimento, permitindo o avanço da discussão e a elaboração de um projeto que, hoje, é consenso na Casa. Portanto, parabéns ao Poder Legislativo.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou fazer um rápido uso da palavra. Quero ressaltar a necessidade de esta Casa ter uma Oposição coesa, forte e vigilante; uma Oposição que não venha atrapalhar o Governo ou a própria Assembléia, como ouvimos alguns Deputados dizerem hoje, mas, pelo contrário, que venha ajudar o Governo. Portanto, o Governo Itamar deve agradecer a postura aqui adotada pelo PSN, pelo PSDB e pelo PFL, porque o regime democrático consiste exatamente nisso: no confronto das idéias e na eterna vigilância para que o povo mineiro seja, realmente, o maior beneficiado.

Ficamos satisfeitos com a nossa participação nesse projeto. Queremos registrar, como disse o Deputado Sebastião Costa, o nosso aval das observações do Deputado Fábio Avelar, que representa, dignamente, aquela instituição nesta Casa. Seguindo a sua orientação, sentindo a sua angústia diante do projeto original, chegamos a esse denominador comum. Portanto, neste momento, estamos preparados para a votação.

Estamos colaborando com o Governo do Estado, que acerta uma situação com a CEMIG, com o Governo Federal e com o Tesouro Estadual. Apesar de envolvida nesse processo, a COPASA, no futuro, não será prejudicada no seu patrimônio, na sua receita operacional, enfim, o saneamento básico e o abastecimento de água ficam preservados. O projeto, agora, torna-se claro. Por isso, acreditamos que todos irão ganhar: ganha o Governo do Estado, ganha a Assembléia Legislativa, ganha a Situação, ganha a Oposição, e, sobretudo, ganha a COPASA, empresa modelo para o Brasil e para o exterior. Quero deixar o meu abraço ao Deputado Fábio Avelar e aos servidores da COPASA aqui presentes. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros que nos vêem, gostaria de fazer coro com as manifestações feitas pelos Deputados, pois houve um avanço com relação a esse projeto, em virtude de um acordo feito entre os partidos que dão sustentação ao Governo e os partidos de oposição. Trata-se de um avanço importante. No ano passado, esta Assembléia discutia um projeto, que, felizmente, não foi aprovado, mas foi enviado pelo Governador passado, com o objetivo de alienar 49% do capital da COPASA. Hoje, esse assunto está morto nesta Casa, pois a defesa da COPASA é um consenso entre todos os Deputados. Já fazemos essa defesa há mais tempo e tivemos a preocupação de observar isso. Portanto já não se trata de discutir a venda de 49% do capital da COPASA. Isso parece extinto do vocabulário do Governo do Estado e também, pelo que pudemos perceber, do conjunto dos Deputados da Assembléia Legislativa. No entanto, não podemos baixar a guarda, é preciso estar sempre defendendo essa empresa, como fizeram o Deputado Fábio Avelar, os Deputados do PT e os Deputados de outros partidos.

Foi exatamente por isso que, em nome da Bancada do PT, apresentei uma emenda, que recebeu o nº 2, e que diz: "Da implementação do disposto no art. 1º desta resolução, não poderá resultar perda para a COPASA e para a COMIG, responsabilizando-se o Tesouro do Estado pelo cumprimento do disposto neste artigo". Foi essa emenda, de autoria da Bancada do PT, que possibilitou a subemenda que colocou as ações da CEMIG no interior dessa segurança à COPASA, garantindo, portanto, esse acordo. Então, gostaria de encaminhar favoravelmente à aprovação do projeto, lembrando que, felizmente, a Assembléia Legislativa não discute e não discutirá, neste Governo, a venda de 49% do capital da COPASA. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, não queremos discutir aqui o mérito desse projeto de lei, mesmo porque estamos na fase de votação. Estamos aqui, sim, para lembrar que a Assembléia Legislativa perdeu, há poucos instantes, uma grande oportunidade de permitir que tivéssemos outra chance de fazer justiça àqueles que dispõem de recursos do PASEP, que não seriam, conseqüentemente, encaminhados ao caixa único do Estado.

Por falar em caixa único do Estado, há poucos dias, quando estive aqui na CPI dos Fundos - ainda Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais -, o hoje Secretário da Fazenda disse que, pessoalmente, era contra a existência do caixa único do Estado. É talvez em razão disso que o Deputado Sebastião Navarro, que é Líder do meu partido aqui na Assembléia, tomou a iniciativa de propor o Substitutivo nº 2 ao Projeto de Lei nº 187/99, para que esse projeto pudesse ter ampliada a sua eficácia e, conseqüentemente, fazer justiça àqueles que têm expectativa de obter recursos do PASEP. Por esta razão é que venho aqui: para dizer que o Substitutivo nº 2, que automaticamente será votado aqui em segundo lugar - já que o requerimento do ilustre Deputado Paulo Piau não logrou êxito neste Plenário -, tem uma importância muito grande; merece, portanto, ser avaliado aqui no Plenário.

Para se ter uma idéia, a justificativa para o Substitutivo nº 2, que o Deputado Sebastião Navarro Vieira procurou mostrar a esta Casa, é a seguinte: "O Projeto de Lei nº 187/99, do Deputado Rogério Correia, visa cancelar a adesão do Estado de Minas Gerais ao Programa de Formação do Patrimônio Público do Servidor Público - PASEP -, instituído pela Lei Complementar nº 8, de 3/12/70, ao mesmo tempo em que cria o referido projeto no âmbito do Estado.

A justificativa apresentada pelo nobre parlamentar para tal medida baseia-se no fato de o referido Programa não ter atingido seu objetivo principal - o de formação do patrimônio do servidor público -, além de representar para o Estado uma aplicação de recursos maior do que o benefício pago pela União aos servidores estaduais.

Designado relator da matéria na Comissão de Administração Pública, estávamos realizando estudos para emissão do parecer quando fomos surpreendidos por um requerimento que motivou remessa imediata da matéria para a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, sem que pudessemos concluir nosso trabalho. Ou seja, na própria Comissão de Administração Pública ele poderia ter passado por uma modificação profunda. Mas, em face da exigência regimental, que às vezes atropela a situação de fato existente, um projeto de tamanha importância ficou prejudicado.

"Concordamos com o autor da proposição relativamente ao fato de que os recursos hoje pagos pelo Estado à União e destinados ao PASEP poderão trazer maiores benefícios se aplicados pelo próprio Estado. Entretanto, entendemos ser necessário, revogada a Lei nº 5.179, de 22/7/71, que propiciou a adesão do Estado ao PASEP, apresentar uma proposta mais ampla para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor e dos Militares do Estado de Minas Gerais.

Por esse motivo estamos encaminhando esse substitutivo, que define vários aspectos novos do Programa, tais como a gestão e a fiscalização dos recursos, o percentual para a aplicação nos projetos de aperfeiçoamento do servidor, bem como a previsão de saque em caso de exoneração dos servidores não estáveis. Essa última inovação faz-se necessária em virtude da Emenda Constitucional nº 19, de 4/6/98, que, mediante o art. 21, alterou a redação do art. 169 da Constituição Federal, possibilitando a exoneração dos servidores estáveis e não estáveis, com previsão de indenização apenas para os primeiros. Do nosso ponto de vista, o Estado, a exemplo da iniciativa privada, deve, em caso de exoneração, garantir ao servidor, independentemente da questão da estabilidade, uma indenização que lhe possibilite enfrentar o período em que estiver à procura de novo trabalho. Esperamos que essas propostas possam contribuir para uma discussão mais aprofundada da matéria."

Essa foi a justificativa. Nós ontem estivemos aqui a defender direitos dos servidores contratados do Estado há muitos anos. Depois fomos surpreendidos por um Deputado da base de apoio do Governo, que disse que o direito dos servidores ficou assegurado na Constituição de 1988. Não, não ficou. Ali ficaram assegurados os direitos dos que estavam em atividade, sem interrupção, entre 5/10/83 e 1988. Os outros, não. Quem teve interrupção de um dia naquele período não obteve estabilidade constitucional. Defendemos ontem, e voltamos hoje a seguir a mesma linha, o que o Deputado Sebastião Navarro Vieira propõe aqui. É garantir ao servidor liberdade de acesso aos recursos que lhe pertencem, quando do seu desligamento do Estado como servidor que é.

Outro detalhe que quero lembrar aqui é o seguinte: o próprio Secretário, quando Presidente do BDMG, disse aqui, na CPI dos Fundos, que achava que o caixa único tem engessado as ações do Estado de Minas Gerais. Talvez inspirado por isso, o Deputado Sebastião Navarro Vieira quer que esses recursos sejam destinados, sim, com identidade e autonomia, de cada conta para cada servidor que estiver prestando serviço ao Estado de Minas Gerais. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada, emiti parecer favorável a esse projeto do Deputado Rogério Correia na Comissão de Constituição e Justiça. No entanto, fui alertado pelo Deputado Sebastião Navarro Vieira, que fez o Substitutivo nº 2, de que, infelizmente, isso não foi do conhecimento do Deputado Rogério Correia. Esse substitutivo veio melhorar o projeto do Deputado Rogério Correia.

Essa condição de tirar o PASEP da administração federal para passá-lo para os Estados já está acontecendo em vários Estados e até em municípios. É uma atitude que está na direção correta, e concordamos com o projeto. No entanto, o substitutivo do Deputado Sebastião Navarro Vieira traz dois aspectos extremamente importantes para o servidor público. Há um questionamento de alçada jurídica, mas com relação às contas individualizadas. Se esse recurso for recolhido e jogado no Tesouro do Estado, evidentemente ficará sem marca, sem função, e poderá prejudicar o funcionalismo público.

O segundo aspecto extremamente importante é a criação de um conselho para fiscalizar os recursos do PASEP para o funcionalismo público do Estado de Minas Gerais. Portanto, há duas características importantes no Substitutivo nº 2, razão pela qual pedimos que se invertesse a ordem de sua votação, para que não ficasse prejudicado pela possível aprovação do Substitutivo nº 1. Vou tomar a liberdade, dentro do meu tempo, para ler a justificativa feita pelo Deputado Sebastião Navarro Vieira, que traz todos os esclarecimentos.

Peço aos Deputados que reflitam - e até mesmo o Deputado Rogério Correia e o Líder do Governo - e quem sabe ainda dá tempo de, na votação de 2º turno, incorporar as boas idéias do Substitutivo nº 2?

- Lê a justificativa do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Lei nº 187/99, publicado na edição de 8/7/99.

Portanto, essa é a justificativa apresentada pelo Deputado Sebastião Navarro Vieira. Esperamos que haja compreensão por parte do autor e das bancadas que defendem o Governo nesta Casa, para que possamos avançar, garantindo mais acesso do funcionalismo público do Estado de Minas Gerais a recursos que lhes são devidos, os do PASEP, agora no âmbito do Governo do Estado.

Também gostaria de dizer ao Deputado Rogério Correia que sabemos das dificuldades do Governo Federal, dos Governos dos Estados e mesmo dos Governos Municipais para se relacionarem com o trabalhador, com o funcionário público. Essa é uma condição do Brasil como um todo. Por isso, quando o PSDB, o PFL ou o PSN sobem à tribuna para defender causas do trabalhador do Estado de Minas Gerais - como fez a Oposição, aliás com muita competência, no Governo passado -, isso faz parte do nosso dever como Oposição.

Não estamos promovendo nenhuma demagogia com o servidor público ou com as empresas públicas estatais. Às vezes, as bancadas situacionistas ficam impedidas, pela própria pressão do Governo, de defendê-lo. E isso acontece em todas as instâncias, no Congresso Nacional, nas Câmaras de Vereadores e também na Assembléia Legislativa. Sendo assim, a Oposição é o grupo que está mais livre para defender causas nobres como a do funcionalismo público de Minas Gerais.

Assim, gostaria de solicitar-lhes esse empenho para que possamos absorver as quatro idéias, que são muito boas, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, incorporando-as para melhoria do projeto e para benefício dos funcionários públicos, sem prejuízo do Governo do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado João Leite* - Gostaria de encaminhar favoravelmente ao Substitutivo nº 2, apresentado pelo Deputado Sebastião Navarro Vieira. Só de passarmos os olhos pelo projeto de lei e pelo Substitutivo nº 2, percebemos a dimensão de algo que foi pensado, estudado com cuidado pelo Deputado Navarro Vieira e que, sem dúvida, poderá trazer a oportunidade de uma participação maior dos servidores naquele programa.

É lamentável que não tenhamos um tempo maior para discutir esse projeto e, especialmente, algumas coisas previstas no Substitutivo nº 2 e que, no projeto, estão ausentes. Destacaria os arts. 9º e 10, que dizem o seguinte:

- Lê os arts. 9º e 10 do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Lei nº 187/99, publicado na edição de 8/7/99.

E os outros artigos vão tratando de cada questão importante. Sabemos que existe a possibilidade de dificuldade no art. 5º, que diz que a Secretaria da Fazenda, à qual competirá a

administração do programa, providenciará a abertura de contas individualizadas para cada servidor ou militar em instituições financeiras públicas ou privadas, autorizadas pela referida Secretaria. Não há dúvida de que o substitutivo do Deputado Sebastião Navarro Vieira faz um tratamento pormenorizado da questão, dando oportunidade a uma discussão mais ampla da proposta. O projeto de lei trata superficialmente da questão, e fica claro que não foi detidamente discutido. Os servidores não tiveram, novamente, a oportunidade de se manifestarem, dizendo como querem essa transferência. A transferência desses recursos é boa para o Estado? Nós pensamos que sim. São recursos do Estado, mas, ao mesmo tempo, são recursos dos servidores, que teriam que ser chamados a discutir a questão. Votaremos, apressadamente, em 1º turno, sem ter a oportunidade de uma audiência pública, de chamar o conjunto dos servidores públicos a opinar sobre a questão. Não temos, no projeto, um conselho para fiscalizar as contas, os depósitos. Temos aqui algo bem superficial e, se pudéssemos aprovar o Substitutivo nº 2, teríamos algo mais amplo, com a presença de representantes dos servidores dos Poderes estaduais. Mas, nessa proposta, os servidores ficam de fora. Os servidores não têm lugar para discutir a questão, não terão a oportunidade de discutir sobre os recursos que lhes pertencem. Aqui estamos, em nome da Bancada do PSDB, sendo que o PFL já se manifestou, e gostaríamos de ver aprovado o Substitutivo nº 2, porque ele dá acesso ao servidor, dá oportunidade para a criação de um conselho para acompanhar a situação, o que é, sem dúvida, democrático. Esse dinheiro é do servidor público, e ele deveria ter a chance de opinar, fazendo parte desse conselho. Da maneira como vai ser votado aqui, já que o requerimento do Deputado Paulo Piau foi rejeitado, corremos o risco de aprovar um projeto que deixa de fora o maior interessado, que é o servidor público dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, além do servidor do Ministério Público. Gostaria de encaminhar favoravelmente ao Substitutivo nº 2, que tratou com muito cuidado a questão, ao contrário do projeto de lei, que a trata superficialmente e não dá acesso ao servidor público. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* - Sr. Presidente, caríssimos colegas, representantes do SINDIMÓVEIS, de Uberaba, INTERSIND, de Ubá, ABRACAVE e SATIPEL, indústria moveleira, trabalhadores do setor, demais empresas dessa cadeia moveleira, imprensa aqui presente, meus senhores e minhas senhoras, desde que assumimos o mandato, estamos extremamente preocupados com o desenvolvimento e com o progresso do nosso Estado.

Desde o mês de fevereiro, debruçamo-nos sobre a causa do setor moveleiro de Minas Gerais. O nosso Estado é o 5º pólo moveleiro do Brasil, e Ubá é o 3º do Estado. Reunimos várias estatísticas, pesquisamos e apresentamos o Projeto de Lei nº 315/99, que, sem dúvida alguma, dá ao Estado fortalecimento em suas divisas, gerando empregos e trazendo desenvolvimento para o nosso povo e a nossa gente. Confesso a todos os meus colegas que, para mim, é motivo de muita satisfação, alegria e honra parlamentar estar nesta tribuna, diferentemente das outras vezes em que aqui estive. Aqui estou para pedir a todos os meus distintos pares que me acompanhem nesse projeto, porque, sem dúvida alguma, ele representa o desenvolvimento e o progresso do nosso Estado.

Neste momento em que estamos encerrando essa votação, confio na atuação do parlamentar. Esta Casa tem dado exemplo em todos os segmentos, tem dado demonstração inequívoca de exemplo ao Estado e ao Brasil pelas suas polêmicas. Tenho certeza absoluta de que sempre praticamos o trabalho leal, voltado aos interesses de Minas e do Brasil.

Faço questão de falar bem alto, porque bem alto Minas está e bem alto estamos acompanhando o nosso trabalho nesta Casa legislativa, com honradez, dignidade e com exemplos de trabalho. Vamos procurar o desenvolvimento do nosso Estado, vamos gerar empregos, porque somente nós, parlamentares unidos, representamos o segmento de todo o povo mineiro.

Temos certeza de que, confiantes em nosso trabalho e confiantes nesta Casa Legislativa, poderemos resgatar mais empregos, mais trabalho e, acima de tudo, a arrecadação em nosso Estado. Peço a todos que me acompanhem, votando "sim", ou seja, votando pela aprovação desse projeto que, sem dúvida alguma, irá resgatar um sonho da indústria moveleira, que é a redução do ICMS, propiciando a construção de indústrias e escolas. Estaremos sempre juntos nesse paradigma maior que é o desenvolvimento do trabalho e da honradez do povo mineiro.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, representantes da indústria moveleira de Minas Gerais, minhas senhoras e meus senhores, gostaria de cumprimentar o Deputado Dalmo Ribeiro Silva pela apresentação desse projeto, que tem real importância e significado não apenas para a indústria moveleira, mas para todo tipo de indústria em Minas Gerais. Temos acompanhado esse setor, tanto que, quando ocupávamos a Secretaria de Ciência e Tecnologia, um dos programas era exatamente o aproveitamento das florestas plantadas. Havia a participação da ABRACAVE e do SINDMÓVEIS. O programa, que nos preocupava muito, estava relacionado à área plantada do Jequitinhonha. Sabemos que a Secretaria de Ciência e Tecnologia continua com esse programa. Dele sairá não apenas um novo pólo moveleiro para o Estado, mas também indústrias que agregarão valor a esse produto de Minas Gerais, que tem a maior reserva de floresta plantada do País. Com essa competitividade, quando se tem um projeto, reduzindo o ICMS de 18% para 12%, isso terá uma implicação no preço final ao consumidor e na competitividade da indústria e das empresas comerciais do ramo em nosso Estado. Isso é fundamental, porque, se não aprovarmos esse projeto, esse setor de Minas não terá condições para competir com o setor moveleiro de São Paulo. Com a aprovação desse projeto, Minas estará dando condições não apenas de competitividade, mas também de crescimento e, mais ainda, de geração de novos empregos. Portanto, além de solidarizar-me com o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, peço aos nossos colegas o apoio a esse projeto, para que Minas Gerais mostre que sabe acompanhar a evolução de um setor que tem total significado para o nosso Estado, que está em ascensão e que precisa, neste momento, do apoio desta Casa e do Governo mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo a esta tribuna, como fizeram o Deputado Mauro Lobo e o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do projeto, para pedir um voto de confiança dos companheiros Deputados com relação ao Projeto de Lei nº 315/99. Nós realmente estamos fazendo oposição ao Governo do Estado, e já disse aqui da importância de fazê-la, mas quero reafirmar que o PSN, PSDB e o PFL apóiam todas as boas causas tratadas em propostas vindas dele. Portanto, queremos ser uma oposição diferente e construtiva, que visa ao desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Não somos daquele tipo de oposição que torce para que o Governo dê errado, porque, assim, certamente o povo do nosso Estado estará sendo prejudicado. Um caso típico é o do Projeto de Lei nº 315/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que, com muita sabedoria, faz a proposta de se abaixar o ICMS dos móveis e dos insumos para fabricá-los, de 18% para 12%. Outros Estados já o fizeram, e, portanto, estamos perdendo competitividade para eles, sobretudo para o Estado de São Paulo, que já tem essa carga tributária ajustada. Para que os Deputados possam ter uma prova concreta da gravidade da situação, lembro que, em Uberaba, existe fabricação das chamadas chapas de aglomerado. Mas uma indústria que nasceu em Uberaba, em seu pólo moveleiro, a Galdêncio, está indo buscar as chapas em São Paulo, a 600km, porque as produzidas em Uberaba não são competitivas em relação àquela cidade. No Estado de Minas Gerais, recolhem-se 18% de ICMS, e, no Estado de São Paulo, 12%. Esses 6% de diferença suprem o frete desse produto que está abastecendo as indústrias daquela cidade de que tenho conhecimento. Portanto, essa medida deve receber o nosso aplauso, assim como o Deputado Dalmo Ribeiro Silva e o Governador Itamar Franco, que também enviou um projeto dessa natureza para a Casa. Entretanto, já havia o projeto do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Estamos aplaudindo essa atitude, que, com certeza, fortalecerá a indústria e os serviços do nosso Estado, além de gerar, como está escrito em uma placa, neste Plenário, milhares de empregos, pois aqui temos madeira e podemos construir um grande pólo moveleiro, para servir a todo o País. Sendo assim, peço aos nobres pares que votem "sim" para esse projeto, que é inteligente e importante para o nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias, queria, inicialmente, manifestar aqui o meu desejo de que, neste nosso Brasil, pudéssemos ter uma estrutura tributária justa, não tendo os Estados valores diferenciados, de tal maneira a prejudicar o interesse dos produtores e dos consumidores. Lamentavelmente, ainda não existe uma reforma tributária e uma legislação tributária que possam garantir uma política mais justa, mais adequada, de respeito entre os Estados. Estamos acompanhando à persistência de uma guerra fiscal, que tem causado prejuízos aos interesses do País.

Queria aproveitar, também, a oportunidade para parabenizar nosso colega, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, por sua iniciativa e decisão de encaminhar um projeto de lei que trata do setor moveleiro, da mais alta relevância para o nosso Estado. Tenho a certeza de que, com a redução de ICMS em relação ao setor moveleiro, todos em Minas Gerais ganharão. Ganharão as indústrias, os consumidores e o Estado de Minas Gerais, porque o produto aqui fabricado, aqui produzido poderá ser negociado em nosso Estado, fazendo com que, seguramente, apesar da redução do ICMS, a quantidade de recursos que vamos receber será aumentada. Talvez São Paulo possa perder uma parte desses recursos, porque alguns produtos nossos estavam sendo negociados no Estado de São Paulo, sendo as notas fiscais emitidas nesse Estado.

Tenho o entendimento de que todos irão ganhar. A minha expectativa é a de que, com a aprovação dessa lei, Ubá tenha um salto no crescimento, ganhando mais com a indústria lá instalada. Tenho a certeza de que, com a aprovação da lei, Uberaba estará reconhecendo o esforço e o trabalho dos parlamentares em favor de Minas, em favor do Triângulo. Além disso, como o Deputado Mauro Lobo já citou, em vista da redução do ICMS, novos setores, novos pólos moveleiros poderão ser desenvolvidos em Minas Gerais, talvez no vale do Jequitinhonha, como um fator de crescimento para aquela região tão sofrida. Então, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, mais uma vez Minas Gerais estará ganhando com a aprovação dessa lei, que favorecerá a todos nós, contribuindo para o desenvolvimento e o crescimento do nosso povo, da nossa indústria. Parabéns pela iniciativa. Estamos tendo, mais uma vez, um salto de qualidade, ao propormos leis justas, que favorecem o crescimento e o desenvolvimento de nosso Estado. (- Palmas.)